RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda. – Sicoob Unicentro Brasileira Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda. – Sicoob Unicentro Brasileira, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Unicentro Brasileira em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Processo de incorporação

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa número 1.1, que trata do processo de incorporação das cooperativas Grancred Noroeste Paulista (Processo nº 143044) e Sicoob Unimais Bandeirante (Processo nº 148872), já homologadas pelo Banco Central do Brasil em 14 de janeiro de 2019 e 27 de março de 2019, respectivamente. As citadas incorporações resultaram no incremento dos ativos totais do Sicoob Unicentro Brasileira em, aproximadamente, R\$ 16.788 mil, em 1º de setembro de 2018 (Grancred), e R\$ 321.749 mil, em 1º de dezembro de 2018 (Unimais Bandeirante), datas da efetiva implantação dos saldos incorporados.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 15 de abril de 2019.



Nestor Ferreira Campos Filho Contador CRC DF – 013421/O-9

CNAI 1727

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA. CNPJ: 37.395.399/0001-67 BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017



Valores em Reais (R\$)

ATIVO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO

Discriminação	NOTA	2018	2017	Discriminação	NOTA	2018	2017
Circulante		1.617.527.571	1.031.711.013	Circulante		2.011.087.025	1.285.728.279
Disponibilidades	4	23.191.331	14.673.973	Depósitos	12	1.864.113.706	1.177.795.801
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	312.976	-	Depósitos à Vista		352.778.567	238.918.940
Relações Interfinanceiras	5	995.955.620	640.553.067	Depósitos a Prazo		1.511.335.139	938.876.861
Centralização Financeira		995.955.620	640.553.067	Recur. de Aceites Cambiais / Letras Imobiliarias	13	25.263.735	23.178.485
Operações de Crédito	6	448.884.123	340.090.933	Obrigação por Emissão de Letras de Crédito		25.263.735	23.178.485
Operações de Crédito - Setor Privado		471.818.133	362.665.428	Relações Interfinanceiras	14	44.952.496	49.615.765
(-)Provisão para operações de crédito lig. Duvidosa		(22.934.010)	(22.574.495)	Repasses Interfinanceiros		44.952.496	49.615.765
Outros Créditos	7	20.025.631	4.684.910	Relações Interdependências	15	12.630.350	12.926.301
Avais e Fianças	-	1.582.937	1.651.189	Recursos em Trânsito de Terceiros		12.630.350	12.926.301
Rendas a Receber		5.180.351	3.697.913	Outras Obrigações	16	64.126.738	22.211.927
Diversos		41.887.594	586.229	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.		636.297	501.748
(-) Provisão para Outros Créditos		(28.625.251)	(1.250.421)	Sociais e Estatutárias		10.871.343	6.864.692
Outros Valores e Bens	8	129.157.890	31.708.130	Fiscais e Previdenciárias		3.768.743	4.386.529
Outros Valores e Bens		117.106.239	30.710.605	Diversos		48.850.355	10.458.958
Despesas Antecipadas		12.051.651	997.525				
Não Circulante		915.976.584	641.949.860	Não Circulante		<u>36.435.608</u>	<u>21.712.976</u>
Realizavel a Longo Prazo		836.931.499	578.004.192	Relações Interfinanceiras	14	30.946.711	17.298.111
Operações de Crédito	6	865.167.423	607.393.009	Repasses Interfinanceiros		30.946.711	17.298.111
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa	6	(29.907.257)	(30.803.675)	Outras Obrigações		5.488.897	4.414.865
Outros Créditos	7	1.671.333	1.414.858	Provisão para Demandas Judiciais	17	5.488.897	4.414.865
Investimentos	9	50.744.281	35.043.416				
Ações e Cotas		50.744.281	35.043.416	Patrimônio Líquido		<u>485.981.522</u>	<u>366.219.618</u>
Imobilizado de uso	10	27.972.087	28.564.145	Capital Social	19.a	364.893.749	278.135.694
Outras Imobilizações de Uso		17.459.238	11.057.672	Reservas de Sobras	19.b	77.728.353	43.377.184
Imóveis de Uso		21.515.928	26.201.607	Sobras do Exercício	19.d	43.359.420	44.706.740
(-) Depreciações Acumuladas		(11.003.079)	(8.695.134)				
Intangivel	11	328.717	338.107				
Softwares		1.214.585	1.000.929				
(-) Amortizações Acumuladas		(885.868)	(662.822)				
TOTAL DO ATIVO		2.533.504.155	1.673.660.873	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO)	2.533.504.155	1.673.660.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Raimundo Nonato Leite Pinto

Diretor Presidente

Tarciso Dagolberto Borges

Diretor Administrativo

VSICOOB

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA. CNPJ: 37.395.399/0001-67

Demonstração das Sobras e Perdas

2º Semestre de 2018 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	21.a	211.889.617	323.129.935	216.388.452
Operações de Crédito		211.739.625	322.979.943	216.388.452
Títulos e valores mobiliários		149.992	149.992	-
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(83.655.092)	(132.844.723)	(136.283.258)
Operações de Captação no Mercado Operações de Empréstimos e Repasses	12.b	(46.982.670) (3.287.184)	(79.215.504) (6.282.068)	(83.564.323) (4.624.104)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(33.385.238)	(47.347.151)	(48.094.831)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		128.234.525	190.285.212	80.105.194
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(60.731.719)	(67.069.900)	1.422.200
Receitas de Prestação de Serviços		7.259.943	11.592.384	11.266.627
Receitas de Tarifas Bancárias		5.775.201	10.094.361	6.708.380
Despesas de Pessoal	21.b	(29.149.915)	(46.960.871)	(34.761.478)
Outras Despesas Administrativas	21.c	(59.838.390)	(79.666.687)	(39.104.971)
Despesas Tributárias	21.d	(2.859.652)	(3.680.755)	(2.316.079)
Outras Receitas Operacionais	21.e	42.016.664	66.401.315	62.333.551
Outras Despesas Operacionais	21.f	(23.935.570)	(24.849.647)	(2.703.830)
RESULTADO OPERACIONAL		67.502.806	123.215.312	81.527.394
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	21.g	(18.237.328)	(15.406.376)	1.281.395
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		49.265.478	107.808.936	82.808.789
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(880.172)	(4.024.751)	(2.357.487)
Provisão para Imposto de Renda		(516.278)	(2.383.194)	(1.391.123)
Provisão para Contribuição Social		(363.894)	(1.641.557)	(966.364)
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL	00	48.385.306	103.784.185	80.451.302
Juros Sobre o Capital Proprio	20	(8.926.517)	(17.844.671)	(23.661.104)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES		39.458.789	85.939.514	56.790.198
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS		(42.580.094)	(42.580.094)	(12.083.458)
Implantação de saldo de sobras da incorporada 5002 1º semestre.		779.326	779.326	-
Fundo de Assistencia Tecnica, Educacional e Social		(4.335.942)	(4.335.942)	(6.495.116)
Fundo de Reserva Especial - FRE		(4.335.942)	(4.335.942)	-
Fundo de Reserva		(34.687.536)	(34.687.536)	(5.588.342)
SOBRAS / (PERDAS) DO EXERCÍCIO / SEMESTRE		(3.121.305)	43.359.420	44.706.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Raimundo Nonato Leite Pinto

Raimundo Nonato Leite Pint

Diretor Presidente

Tarciso Dagolberto Borges

Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo

Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA. CNPJ: 37.395.399/0001-67

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

2º Semestre de 2018 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Subscrito	(-) Capital a Realizar	Reservas de Sobras	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	250.064.253	(3.246.444)	37.788.842	12.374.826	296.981.47
Integralizações/Subscrições de Capital	28,488,349	(4.268.889)	37.700.042	12.374.020	24,219,46
Incorporação de Sobras ao Capital conforme AGO	61.536	(1.200.000)		(61.536)	241210140
Distribuições de Sobras conforme AGO	01.000			(12.313.290)	(12.313.290
Devolução de Capital	(15.236.108)			(12.010.200)	(15.236.108
Incorporação de Juros ao Capital	22.272.997	-	-	-	22.272.99
Sobras do Exercício		_	-	56.790.198	56.790.19
Destinação das Sobras:					
Fundo de Reserva	_	-	5.588.342	(5.588.342)	
Fundo de Assistencia Tecnica, Educacional e Social	_	-		(6.495.116)	(6.495.116
Saldos em 31 de dezembro de 2017	285.651.027	(7.515.333)	43.377.184	44.706.740	366.219.61
Integralizações/Subscrições de Capital	26.160.045	3.570.710	-	-	29.730.75
Incorporação de Sobras ao Fundo de Reserva conforme AGO	-	-	11.176.684	(11.176.684)	
Distribuições de Sobras conforme AGO	-	-	-	(33.530.056)	(33.530.056
Devolução de Capital	(16.953.447)	-	-	` -	(16.953.447
Incorporação de Juros ao Capital	17.037.234	-	-	-	17.037.23
Implantação de saldo incorporada Grancred	13.246.923	(5.950)	-	(10.415.616)	2.825.35
Implantação de saldo incorporada Bandeirante	67.065.216	(23.362.676)	3.013.760	(3.331.869)	43.384.43
Compensação perdas incorporada com Fundo de Reserva (Grancred)	-	-	(10.415.615)	10.415.615	
Compensação perdas incorporada com Fundo de Reserva (Bandeirante)	-	-	(4.111.195)	4.111.195	
Sobras do Exercício	-	-	-	85.939.514	85.939.51
Destinação das Sobras:					
Fundo de Reserva	-	-	34.687.535	(34.687.535)	
Fundo de Assistencia Tecnica, Educacional e Social	-	-	-	(4.335.942)	(4.335.942
Fundo de Reserva Especial (FRE)	-	-	-	(4.335.942)	(4.335.942
Saldos em 31 de dezembro de 2018	392.206.998	(27.313.249)	77.728.353	43.359.420	485.981.52
Saldos em 30 de junho de 2018	292.238.043	(8.459.241)	54.553.868	46.480.725	384.813.39
Integralizações/Subscrições de Capital	10.023.133	4.514.618	-	-	14.537.75
Devolução de Capital	(7.403.551)	-	-	-	(7.403.551
Incorporação de Juros ao Capital	17.037.234	-	-	-	17.037.23
Implantação de saldo incorporada Grancred	13.246.923	(5.950)	-	(10.415.616)	2.825.35
Implantação de saldo incorporada Bandeirante	67.065.216	(23.362.676)	3.013.760	(3.331.869)	43.384.43
Compensação perdas incorporada com Fundo de Reserva (Grancred)	-	-	(10.415.615)	10.415.615	
Compensação perdas incorporada com Fundo de Reserva (Bandeirante)	-	-	(4.111.195)	4.111.195	
Sobras do Semestre	-	-	-	39.458.789	39.458.78
Destinação das Sobras:					
Fundo de Reserva	_	-	34.687.535	(34.687.535)	
Fundo de Assistencia Tecnica, Educacional e Social	-	-	-	(4.335.942)	(4.335.942
Fundo de Reserva Especial (FRE)	-	-	-	(4.335.942)	(4.335.942
Saldos em 31 de dezembro de 2018	392.206.998	(27.313.249)	77.728.353	43.359.420	485.981.52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Raimundo Nonato Leite Pinto Diretor Presidente

Tarciso Dagolberto Borges Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo

Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA.

CNPJ: 37.395.399/0001-67 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

2º Semestre de 2018 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Discriminação	2º Semestre 2018	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	188.088.847	346.393.596	202.332.930
 Sobras / (Perdas) ajustadas	74.721.081	134.170.348	107.439.509
Sobras do Exercício / Semestre	39.458.789	85.939.514	56.790.198
Depreciações	1.751.748	3.072.369	2.316.487
Amortizações	125.306	203.083	237.993
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	33.385.238	47.347.151	48.094.831
Ganho na alienação de imobilizado de uso	-	(2.391.769)	-
(Aumento) redução nos Ativos	(429.134.897)	(527.858.129)	(149.138.756)
Relações Interfinanceiras	-	-	513.482
Operações de Crédito	(318.280.018)	(414.811.174)	(137.849.027)
Outros Créditos	(8.149.882)	(15.597.196)	1.519.340
Outros Valores e Bens	(102.704.997)	(97.449.759)	(13.322.551)
Aumento (redução) nos Passivos	542.502.663	740.081.377	244.032.177
Depósitos	491.768.032	686.317.905	197.608.984
Outras Obrigações	35.561.941	42.988.841	8.753.426
Recur. de Aceites Cambiais / Letras Imobiliarias	351.807	2.085.251	14.930.014
Relações Interfinanceiras	2.192.095	8.985.331	24.417.766
Relações Interdependências	12.628.788	(295.951)	(1.678.013)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(23.971.958)	(15.983.100)	(21.347.646)
Aumento dos Investimentos	(5.871.167)	(9.831.418)	(8.353.072)
Investimentos oriundos de cooperativas incorporadas	(5.869.447)	(5.869.447)	-
Aquisições do Imobilizado	(2.047.175)	(4.152.142)	(13.094.731)
Imobilizado otiundo de cooperativas incorporadas	(9.990.476)	(9.990.476)	-
Recebimento pela alienação de imobilizado de uso	-	14.054.076	-
Aquisições do Intangivel	(63.025)	(63.025)	100.157
Intangivel oriundo de cooperativas incorporadas	(130.668)	(130.668)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	61.709.338	33.822.390	12.447.943
Integralizações de Capital	14.537.751	29.730.755	24.219.460
Incorporação de Saldos de Cooperativas Incorporadas	46.209.788	46.209.788	-
Devolução de Capital	(7.403.551)	(16.953.447)	(15.236.108)
Constituição do FATES	(8.671.884)	(8.671.884)	(6.495.116)
Incorporação do Juros ao Capital	17.037.234	17.037.234	22.272.997
Distribuições de Sobras	-	(33.530.056)	(12.313.290)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e centralização financeira)	225.826.227	364.232.886	193.433.227
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício / Semestre	793.633.700	655.227.041	461.793.814
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre (Nota 3.0		1.019.459.927	655.227.041
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	225.826.227	364.232.886	193.433.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Raimundo Nonato Leite Pinto

Diretor Presidente

Tarciso Dagolberto Borges

Diretor Administrativo



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Valores em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA - SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 03/06/1992, filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA possui 34 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: GOIÂNIA - GO, CALDAS NOVAS - GO, MORRINHOS - GO, ITUMBIARA - GO, BRASÍLIA - DF, LUZIÂNIA - GO, PALMAS - TO, ARAGUAÍNA - TO, APARECIDA DE GOIÂNIA - GO, GURUPI - TO, CATALÃO - GO, VOTUPORANGA - SP, JALES - SP, FERNANDÓPOLIS - SP, AMERICANA - SP, SANTA BÁRBARA D'OESTE - SP, NOVA ODESSA - SP, PIRACICABA - SP, TIETÊ - SP, ITATIBA - SP, BOTUCATU - SP, AVARÉ - SP, ASSIS - SP, RIBEIRÃO PRETO - SP.

- O **SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:
- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Situação especial

Em 2018, a **SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA**, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do Patrimônio Líquido e do limite para operações, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu as incorporações das cooperativas relacionadas abaixo, que foram devidamente aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizadas em 01/09/2018 (Grancred) e 01/12/2018 (Unimais Bandeirante).

Demonstram-se, abaixo, os incrementos patrimoniais nas datas base das efetivas incorporações:



Processo nº 143044 – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo da Aliança dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde Região Noroeste Paulista – GRANCRED NOROESTE PAULISTA – incorporação homologada pelo Banco Central do Brasil em 14 de janeiro de 2019.

Descrição	31/08/2018	31/12/2017
Disponibilidades / Centralização Financeira	9.279.008	11.903.219
Operações de Crédito	5.448.213	11.250.034
Outros Créditos	659.293	358.728
Outros Valores e Bens	1.297.819	2.327.937
Ativo Permanente	103.530	107.303
TOTAL ATIVO	16.787.863	25.947.221
Depósitos	13.154.502	25.173.081
Outras Obrigações	661.240	267.194
Patrimônio líquido	13.183.715	5.535.531
Sobras/Perdas Acumuladas	(10.211.595)	(5.028.585)
TOTAL PASSIVO	16.787.863	25.947.221

Processo nº 148872 – Cooperativa de Crédito dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde, Pequenos Empresários, Microempresários e Microempreendedores – Sicoob Unimais Bandeirante – processo em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Descrição	30/11/2018	31/12/2017
Disponibilidades / Centralização Financeira	59.199.628	33.993.118
Operações de Crédito	172.696.020	232.295.894
Outros Créditos	14.500.108	52.827.594
Outros Valores e Bens	59.466.499	28.646.698
Ativo Permanente	15.887.061	9.108.145
TOTAL ATIVO	321.749.316	356.871.449
Depósitos	348.876.489	297.163.037
Obrigações por Empréstimo	7.566.505	7.782.318
Outras Obrigações	6.343.611	9.423.272
Patrimônio líquido	46.716.301	46.456.497
Sobras/Perdas Acumuladas	(87.753.589)	(3.953.675)
TOTAL PASSIVO	321.749.316	356.871.449

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.



Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O saldo estava composto da seguinte forma:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	23.191.331	14.169.577
Depósitos Bancários	312.976	504.397
Centralização Financeira – Cooperativas	995.955.620	640.553.067
TOTAL	1.019.459.927	655.227.041

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas *"pro rata temporis"*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.



h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

I) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma



provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4. Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as disponibilidades estavam assim representadas.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	3.202.711	2.093.122
Numerário em Trânsito	19.453.832	12.076.455
Depósitos Bancários	534.788	504.396
TOTAL	23.191.331	14.673.973

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro** de **2018** e **2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira – Cooperativas (I)	995.955.620	640.553.067
TOTAL	995,955,620	640.553.067



(I) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da Carteira de crédito por modalidade:

		31/12/2018		31/12/2017	
Modalidade	Circulante	Não Circulante	Total		
A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	30.183.704	1.784.234	31.967.938	2.661.488	
Empréstimos	347.189.941	729.341.428	1.076.531.369	790.412.975	
Títulos Descontados	8.621.907	-	8.621.907	8.816.672	
Financiamentos	24.039.294	66.670.770	90.710.064	72.300.375	
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	61.783.287	67.370.991	129.154.278	95.866.927	
(-) Provisões para Operações de Crédito	(22.934.010)	(29.907.257)	(52.841.267)	(53.378.170)	
TOTAL	448.884.123	835.260.166	1.284.144.289	916.680.267	

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

	ível / Per Risco / S	centual Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA	-	Normal	109.065.662	36.180	12.932.389	2.239.095	124.273.326	-	41.429.411	-
Α	0,50%	Normal	436.034.846	2.666.092	37.928.729	88.103.069	564.732.736	(2.823.665)	432.247.587	(2.161.240)
В	1%	Normal	309.559.993	12.110.743	20.819.495	31.271.349	373.761.580	(3.737.617)	360.780.196	(3.607.802)
В	1%	Vencidas	4.054.559	600.091	112.192	-	4.766.842	(47.668)	5.005.621	(50.056)
С	3%	Normal	94.836.588	5.920.759	7.887.341	5.667.293	114.311.981	(3.429.361)	43.956.290	(1.318.689)
С	3%	Vencidas	5.498.115	258.332	378.464	-	6.134.911	(184.047)	8.558.712	(256.761)
D	10%	Normal	41.700.896	3.579.665	3.661.056	290.407	49.232.024	(4.923.204)	8.740.063	(874.006)
D	10%	Vencidas	16.683.632	484.538	2.487.570	-	19.655.740	(1.965.574)	6.959.869	(695.987)
Е	30%	Normal	25.788.181	1.981.157	2.004.404	-	29.773.742	(8.932.123)	9.950.688	(2.985.206)
Е	30%	Vencidas	14.910.542	622.996	1.379.408	-	16.912.946	(5.073.884)	7.559.976	(2.267.993)
F	50%	Normal	6.620.447	505.410	337.652	798.131	8.261.640	(4.130.820)	2.858.663	(1.429.331)
F	50%	Vencidas	8.497.681	612.850	223.050	386.428	9.720.009	(4.860.005)	4.838.623	(2.419.311)
G	70%	Normal	2.735.049	150.767	156.970	-	3.042.786	(2.129.950)	1.217.888	(852.521)
G	70%	Vencidas	5.378.872	527.021	100.592	-	6.006.485	(4.204.540)	4.985.275	(3.489.692)
Н	100%	Normal	1.188.882	121.996	11.587	398.506	1.720.971	(1.720.972)	11.221.936	(11.221.936)
Н	100%	Vencidas	2.599.331	1.789.341	289.165	-	4.677.837	(4.677.837)	19.747.639	(19.747.639)
	Total No	ormal	1.027.530.544	27.072.769	85.739.623	128.767.850	1.269.110.786	(31.827.712)	912.402.722	(24.450.731)
	Total Ver	ncidos	57.622.732	4.895.169	4.970.441	386.428	67.874.770	(21.013.555)	57.655.715	(28.927.439)
	Total G	eral	1.085.153.276	31.967.938	90.710.064	129.154.278	1.336.985.556	(52.841.267)	970.058.437	(53.378.170)
	Provis	ões	(43.401.455)	(4.458.397)	(3.038.339)	(1.943.076)	(52.841.267)		(53.378.170)	
	Total Lí	quido	1.041.751.821	27.509.541	87.671.725	127.211.202	1.284.144.289		916.680.267	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	27.809.727	2.373.977	1.784.234	31.967.938
Empréstimos	107.305.155	239.884.786	729.341.428	1.076.531.369
Financiamentos	7.001.200	17.038.094	66.670.770	90.710.064
Financiamentos Rurais	7.388.230	54.395.057	67.370.991	129.154.278
Títulos Descontados	7.526.046	1.095.861	-	8.621.907
TOTAL	157.030.358	314.787.775	865.167.423	1.336.985.556

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:



Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	296.809	10.674.352	132.792	1	11.103.953	1%
Setor Privado - Indústria	5.205	26.461.223	2.430	-	26.468.858	2%
Setor Privado - Serviços	14.705.149	658.935.730	4.945.743	10.590.989	689.177.611	51%
Pessoa Física	16.920.307	466.400.993	3.539.044	116.195.080	603.055.424	45%
Outros	40.468	4.769.135	1.898	2.368.209	7.179.710	1%
TOTAL	31.967.938	1.167.241.433	8.621.907	129.154.278	1.336.985.556	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	53.378.170	83.491.531
Constituições/Reversões	39.421.611	46.502.115
Transferência para prejuízo	(39.958.514)	(76.615.476)
TOTAL	52.841.267	53.378.170

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	26.453.463	2%	26.492.465	3%
10 Maiores Devedores	114.470.434	9%	96.730.623	10%
50 Maiores Devedores	295.292.609	22%	236.630.520	24%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	112.601.757	53.241.806
Valor das operações transferidas no período	39.958.514	76.615.476
Valor das operações recuperadas no período	(133.681.963)	(17.255.525)
TOTAL	18.878.308	112.601.757

A cooperativa efetuou a cessão de créditos baixados em prejuízo em favor do Fundo de Estabilidade e Liquidez (F.E.L.) do Sicoob, no montante de R\$ 106.229.471 (Cento e seis milhões, duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e setenta e um reais), conforme Contrato de Cessão de Créditos com Garantias e Outras Avenças, firmado em 26 de dezembro de 2018.

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2018 a cooperativa apresentou saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 48.352.853 (quarenta e oito milhões trezentos e cinquenta e dois mil oitocentos e cinquenta e três reais) compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

		31/12/2017		
Modalidade	Circulante	Não circulante	Total	31/12/2017
Avais e Fianças honrados	1.582.937		1.582.937	1.651.189
Rendas a Receber (I)	5.180.351	-	5.180.351	3.697.913
Devedores por Compra de Valores e Bens (II)	31.454.672	-	31.454.672	=
Diversos (III)	10.432.922	1.671.333	12.104.255	2.001.087
(-) Provisões para Outros Créditos (IV)	(28.625.251)	-	(28.625.251)	(1.250.421)
TOTAL	20.025.631	1.671.333	21.696.964	6.099.768

(I) O saldo refere-se, basicamente, às rendas dos recursos mantidos na centralização financeira, no valor de R\$ 4.590.659, a ser recebida em janeiro/2019.



- (II) O saldo de "Devedores por Compra de Valores e Bens" foi oriundo da incorporação da cooperativa Unimais Bandeirante, ocorrida em dezembro/2018.
- (III) O saldo está composto, basicamente, por adiantamentos por conta de imobilizações (R\$ 8.378.564), depósitos judiciais (R\$ 1.671.333) e pendências a regularizar (R\$ 1.133.427).
- (IV) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Ní	vel / Pe	rcentual	Avais e Fianças	Devedores por	Total em	Provisões	Total em	Provisões
de	Risco/	Situação	honrados	Compra de Valores e Bens	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
Е	30%	Vencidas	621.669	ı	621.669	(186.501)	340.775	(102.232)
F	50%	Vencidas	391.485	-	391.485	(195.742)	194.910	(97.455)
G	70%	Normal		31.454.672	31.454.672	(27.754.557)	ı	-
G	70%	Vencidas	271.106	-	271.106	(189.774)	215.901	(151.131)
Н	100%	Vencidas	298.677	-	298.677	(298.677)	899.603	(899.603)
	Total N	ormal	•	31.454.672	31.454.672	(27.754.557)	-	-
1	Total Ve	ncidos	1.582.937	-	1.582.937	(870.694)	1.651.189	(1.250.421)
	Total 0	Geral	1.582.937	31.454.672	33.037.609	(28.625.251)	1.651.189	(1.250.421)
	Provis	sões	(870.694)	(27.754.557)	(28.625.251)		(1.250.421)	
	Total Lí	quido	712.243	3.700.115	4.412.358		400.768	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	116.078.358	30.710.605
Material em Estoque	1.027.881	-
Despesas Antecipadas (b)	12.051.651	997.525
TOTAL	129.157.890	31.708.130

- (a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. No saldo de 31 de dezembro de 2018, existem bens não de uso próprio, no montante de R\$ 49.658.326, oriundos do processo de incorporação da cooperativa Unimais Bandeirante.
- (b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU. No saldo de 31 de dezembro de 2018, constam despesas antecipadas de aluguéis (R\$ 8.677.577) e outros materiais (R\$ 1.027.881) oriundos do processo de incorporação da cooperativa Unimais Bandeirante.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB UNI e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito (a)	47.792.063	32.572.614
Participações inst financ controlada coop crédito	2.930.612	2.449.195
Outros Investimentos	21.606	21.606
TOTAL	50.744.281	35.043.416

(a) No saldo de 31 de dezembro de 2018, existem investimentos em cooperativa central de crédito, no montante de R\$ 5.867.708, que são oriundos do processo de incorporação da cooperativa Unimais Bandeirante.

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:



Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizado em Curso (a)		114.570	179.367
Terrenos		2.794.561	5.269.401
Edificações	4%	18.721.367	20.932.206
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(4.731.255)	(3.840.139)
Instalações	10%	4.619.751	1.547.270
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(816.325)	(516.556)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	6.268.621	4.477.698
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(2.311.488)	(1.887.789)
Sistema de Comunicação	20%	771.043	496.916
Sistema de Processamento de Dados	10%	4.541.671	3.505.459
Sistema de Segurança	10%	949.522	571.901
Sistema de Transporte	20%	194.060	279.060
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(3.144.011)	(2.450.651)
TOTAL		27.972.087	28.564.145

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Softwares	1.214.585	1.000.929
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(885.868)	(662.822)
TOTAL	328.717	338.107

12. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já as remunerações pré-fixadas são calculadas com base no prazo final das operações, sendo que as rendas futuras, na data dos demonstrativos contábeis, são apresentadas em conta redutora.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	352.778.567	238.918.940
Depósito Sob Aviso	3.414.770	-
Depósito a Prazo	1.507.920.369	938.876.861
TOTAL	1.864.113.706	1.177.795.801

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN n°4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Principais depositantes

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	78.699.217	4%	35.487.508	3%
10 Maiores Depositantes	222.840.274	12%	136.261.122	11%
50 Maiores Depositantes	481.711.345	26%	313.242.871	26%



b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(104.928)	•
Despesas de Depósitos a Prazo	(75.438.842)	(80.691.657)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.351.203)	(1.233.501)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(2.320.531)	(1.639.165)
TOTAL	(79.215.504)	(83.564.323)

13. Recurso de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.

Nesta rubrica registram-se as obrigações representadas por letras de crédito do agronegócio emitidas pela instituição (Carta Circular n° 3328/2008).

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Emissão LCA - Pós - Fixada	25.263.735	23.178.485
TOTAL	25.263.735	23.178.485

14. Repasses interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	31/12/2018	31/12/2017
Recursos do Bancoob	8,00%a9,50%	82.869.680	71.909.675
(-) Despesa a apropriar Bancoob		(6.970.474)	(4.995.799)
TOTAL		75.899.207	66.913.876
Circulante		44.952.496	49.615.765
Não Circulante		30.946.711	17.298.111

15. Relações Interdependência

Os valores referem-se a obrigações de recebimento de convênios com terceiros.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança de Terceiros em Trânsito	240	2.925
Ordens de Pagamento	12.511.013	12.923.376
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	119.097	=
TOTAL	12.630.350	12.926.301

16. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	636.297	501.748
Sociais e Estatutárias	10.871.343	6.864.692
Fiscais e Previdenciárias	3.768.743	4.386.529
Diversas	48.850.355	10.458.958
TOTAL	64.126.738	22.211.927

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
IOF a recolher (I)	626.551	494.267
Operações com Títulos e Valores Mobiliários (II)	9.746	7.481
TOTAL	636.297	501.748

- (I) São alocados nesta conta as provisões dos Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), que são recolhidas a cada decêndio.
- (II) São alocados nesta conta o IOF das aplicações e regaste em RDC.



b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (I)	5.205.515	5.762.815
Resultado de Atos com Não Associados (I)	59.937	906.774
Fundo de Reserva Especial (II)	4.335.942	-
Cotas de Capital a Pagar (III)	1.269.949	195.103
TOTAL	10.871.343	6.864.692

- (I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF.
- (II) O Fundo de Reserva Especial (FRE) é constituído pela destinação de **5**% das sobras líquidas do exercício e destina-se à prestação de assistência aos seus beneficiários, conforme regulamento estabelecido na Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2018.
- (III) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	156.636	74.448
Impostos e contribuições sobre salários	1.925.220	996.408
Outros impostos	1.686.887	3.315.673
TOTAL	3.768.743	4.386.529

d) Diversos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cheques Administrativos	240.003	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	413	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	1.104.718	563.763
Obrigações por Convênios Oficiais	3.686	-
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	457.345	490.937
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	33.425.764	7.294.647
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	2.216.056	850.695
Credores Diversos – País (c)	11.402.370	1.258.916
TOTAL	48.850.355	10.458.958

- (a) Provisão de pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais e fornecedores.
- (b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 96.091.817 (R\$ 58.389.454 em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
- (c) Provisão de pagamento de despesas pagamento do rateio e liquidação de cobrança a serem realizadas até o termino do próximo exercício.



17. Provisão para demandas judiciais.

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

	31/12/2018		31/12/2017	
Descrição	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Para Interposição Trabalhistas	1.346.330	704.472	668.366	641.343
Outros	965.063	295.553	661.491	201.958
Para Interposição Fiscais - Lei 9.703/98	3.177.505	671.308	3.085.008	571.557
TOTAL	5.488.897	1.671.333	4.414.865	1.414.858

Refere-se a provisão para PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de 1999 a 2004.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando 8 (oito) processos no valor R\$ 1.165.805 (Um milhão cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais).

Ações Possíveis	Quantidade de Ações	Valor
Ações Cíveis	6	665.805
Ações Trabalhista	2	500.000
TOTAL	8	1.165.805

18. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de **2018** e de **2017**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	364.893.749	278.135.694
Associados	33.784	18.342

O incremento do saldo de capital e do número de associados em 2018 deve-se, basicamente, ao processo de incorporação das cooperativas Grancred e Unimais Bandeirante.

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual **40%** conforme ata 845 do CONAD, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.



Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fundo de Reserva	77.728.353	43.377.184
TOTAL	77.728.353	43.377.184

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **10/04/2018**, os cooperados deliberaram pelo crédito em conta corrente de parte das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ **33.530.056**, e pela destinação ao fundo de reserva do saldo restante, no montante de R\$ **11.176.684**.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	86.718.839	56.790.198
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(906.774)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	86.718.839	55.883.424
Fundo de reserva especial – FRE (5%)	4.335.942	ı
Fundo de reserva – (40% em 2018 e 10% em 2017)	4.335.942	5.588.342
Fundo de assistência técnica, educacional e social (5%)	34.687.535	5.588.342
Sobra à disposição da Assembleia Geral	43.359.420	44.706.740

20. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para o pagamento obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme circular BACEN nº 2.739/1997.

21. Demonstrações das Sobras e Perdas

a) Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	3.155.096	1.450.045
Rendas de Empréstimos	207.689.022	172.027.243
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.018.347	3.132.660
Rendas de Financiamentos	14.334.561	14.904.677
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	ı	1.823.734
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	5.819.427	2.711.235
Rendas de Financ. Rurais – Aplic. Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	2.936.140	1.824.275
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.821.060	591.793
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	ı	1.965.658
Rendas de Títulos de Renda Fixa	149.992	
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	83.206.290	15.957.132
TOTAL	323.129.935	216.388.452

Conforme comentado na nota explicativa 6.g, a cooperativa efetuou a cessão de créditos baixados em prejuízo para o Fundo de Estabilidade e Liquidez (F.E.L.) do Sicoob, no valor de R\$ 106.229.471, tendo recebido, pela cessão, o montante de R\$ 30.445.366, que foram registrados como recuperação de créditos baixados como prejuízo.



b) Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de honorários	(8.655.164)	(7.154.266)
Despesas de pessoal - Benefícios	(4.962.677)	(4.251.547)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(9.221.917)	(6.446.436)
Despesas de pessoal – proventos	(23.500.107)	(16.291.324)
Despesa de pessoal – treinamento	(436.837)	(341.088)
Despesas de remuneração de estagiários	(184.169)	(276.817)
Resultado Líquido	(46.960.871)	(34.761.478)

c) Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de água, energia e gás	(1.016.555)	(718.329)
Despesas de aluguéis	(12.097.354)	(1.693.245)
Despesas de comunicações	(2.022.259)	(1.809.980)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(3.821.592)	(1.553.382)
Despesas de material	(600.554)	(343.085)
Despesas de processamento de dados	(1.240.487)	(1.329.415)
Despesas de promoções e relações públicas	(2.572.148)	(2.838.111)
Despesas de propaganda e publicidade	(10.473.979)	(967.843)
Despesas de publicações	(35.913)	(36.333)
Despesas de seguros	(415.496)	(156.663)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(11.507.318)	(6.381.278)
Despesas de serviços de terceiros	(2.579.890)	(2.066.067)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(2.173.595)	(1.590.513)
Despesas de serviços técnicos especializados	(5.196.956)	(1.748.247)
Despesas de transporte	(4.443.535)	(2.832.041)
Despesas de viagem ao exterior	-	(13.204)
Despeda de viagem no país	(1.218.970)	(385.042)
Despesas de multas aplicadas pelo Banco Central	(76.972)	=
Outras despesas administrativas	(13.156.158)	(9.337.961)
Despesas de amortização	(203.083)	(237.993)
Despesas de depreciação	(3.072.369)	(2.316.487)
Garantias Financeiras Prestadas	(1.358.973)	(387.270)
Contingências	(382.531)	(362.482)
Resultado Líquido	(79.666.687)	(39.104.971)

d) Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas tributárias	(2.704.378)	(1.250.329)
Despesas de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(252.517)	(395.990)
Despesas de Contribuição ao Cofins	(449.386)	(462.881)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(274.474)	(206.879)
Resultado Líquido	(3.680.755)	(2.316.079)

e) Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	6.967.925	4.002.254
Rendas de Repasses Interfinanceiros	62.112	6.411
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	50.447.996	54.866.904
Crédito Receita Sipag - Faturamento	765.319	83.290
Crédito Receita Sipag - Antecipação	2.014.472	306.884
Deduções e Abatimentos	41.767	9.098
Outras Rendas Operacionais	6.101.724	3.058.710
TOTAL	66.401.315	62.333.551



d) Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(1.045.526)	(28.983)
Prej. em op. de Venda/trans. de Ativos Financeiros	(521.031)	=
Isenção de Juros - Cheque Especial Plus	(125.666)	-
Isenção de Juros - Conta garantida Plus	(718)	-
Perdas - Fraudes Internas	-	(5.600)
Perdas - Fraudes Externas	(3.000)	(55.094)
Perdas - Práticas Inadequadas	(30.788)	(80.384)
Perdas – Demandas Trabalhistas	(34.000)	-
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(116.260)	(622)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(20.980)	ı
Descontos Concedidos - Operações de Crédito	(395.930)	(716.880)
Bonificação de Seguro Prestamista	(504.068)	(541.933)
Multa e Juros diversos	(16.540)	(3.229)
Tarifas Consultas/Saques Cirrus Cabal	(7.491)	(6.493)
Passivos Trabalhistas	(22.212)	(321.198)
Passivos Contingentes	(165.812)	(1.000)
Cancelamento - Tarifas Pendentes	(470.346)	(349.635)
Outras despesas operacionais	(20.020.576)	-
Estorno Juros Mora - Oper Crédito - Rpl	(1.728)	(2.085)
Tarifa Recebimento Convênio - Cra´S Cartórios	(7.623)	(504)
Contrib. Mensal ao Fundo de Desenvolvimento Sicoob	(537.246)	(558.237)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(8.669)	(19.612)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(5.205)	(12.341)
Contribuição Ao Fundo De Estabilidade E Liquidez	(785.678)	-
Provisão para Garantias Prestadas	(2.554)	-
TOTAL	(24.849.647)	(2.703.830)

e) Resultado não Operacional

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	4.101.624	-
Ganhos de Capital	518.402	151.551
Ganhos de Aluguéis	564.733	296.238
Outras Rendas não Operacionais	1.797.703	1.219.474
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(15.538.820)	(47.281)
(-) Perdas de Capital	(4.370.700)	(333.388)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(2.456.492)	
(-) Outras Despesas não Operacionais	(22.826)	(5.200)
Resultado Líquido	(15.406.376)	1.281.395

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:



Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	2.558.391	0,18%	8.582,16
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	10.946.915	0,76%	22.603,04
TOTAL	13.505.306	0,93%	31.185,20
Montante das Operações Passivas	92.256.656	5,61%	

b) Operações ativas e passivas - saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	22.211	510	0%
Conta Garantida	250	3	0%
Crédito Rural	2.384.496	13.578	2%
Empréstimo	9.579.120	89.466	1%
Financiamento	57.670	503	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação á Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	12.328.765	3,52%	0%
Depósitos a Prazo	121.038.902	7,88%	0,50%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural — RPL, crédito rural — repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Taxas Aplicadas em Relação às		Taxa Aprovada pelo Conselho de
Passivas	Partes Relacionadas	Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	1,49% a.m.	1,19% a 2,29% a.m.
Financiamento	1,54% a.m.	1,39% a 2,29% a.m.
Aplicação Financeira - Pós Fixada	96,25% CDI	92% a 102% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018		
Empréstimos e Financiamentos	1,02%	
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,04%	
Credito Rural (modalidades)	0,27%	

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	6.545.959
Empréstimos e Financiamentos	36.898.792

e) No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)		
Honorários - Conselho Fiscal	(475.040)	
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(4.592.699)	
Encargos Sociais	(892.637)	
TOTAL	(5.960.376)	

23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA - SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.



O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB UNI:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Centralização Financeira	995.955.620	640.553.067
Investimentos	47.792.063	32.572.614

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).



24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.



O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	476.648.091	365.956.113
Capital Principal - CP	197.254.327	74.306.974
Nível I	197.254.327	90.229.897
Índice de Basiléia %	29,00%	34,47%
Razão de Alavancagem (RA) %	20,23%	20,23%
Índice de imobilização %	5,87%	7,83%
Ativos Ponderados pelos Riscos	197.254.327	111.460.461

GOIÂNIA-GO, 31 de dezembro de 2018.

Raimundo Nonato Leite Pinto

Diretor Presidente

Tarciso Dagolberto Borges

Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO